

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: ALGUNS DOS PROBLEMAS ENCONTRADOS E CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS.

Antonia Bianca França dos Santos¹

Jeane Bizerra Bastos²

Milena Coêlho Ribeiro³

RESUMO

Durante o processo do ensino e aprendizagem da leitura e escrita há diversos embates em relação aos métodos que afetam a qualidade da educação e que trazem problemas dos mais variados tipos, como as dificuldades apresentadas no momento de aprendizagem, a mera decodificação das letras e do sistema ortográfico alfabético, sem nenhuma interpretação e de uso social, e a descontextualização na sala de aula. A partir disso, propõe-se uma abordagem com um olhar mais atento e profundo das dificuldades encontradas no processo de letramento e alfabetização, a fim de explicar como tais problemas se deram historicamente e socialmente, explanando algumas das razões pelas quais a superação de tais barreiras torna-se difícil, e apresentar possíveis caminhos a serem tomados para que se rompa com esse ciclo problemático em que se encontra os professores alfabetizadores. O trabalho construiu-se a partir de pesquisas bibliográficas em artigos que abordam tal tema e no embasamento e contribuições teóricas dos autores como Paulo Freire e Magda Soares. Podemos perceber, portanto, que a educação sofre uma constante influência externa e que as práticas pedagógicas a serem postas em prática uma aprendizagem de qualidade, levando em consideração as singularidades de cada educando. O aluno precisa sair de uma posição passiva e ser dado mais valorização aos conhecimentos e ideias que ele carrega em si, construindo uma relação igualitária entre o aluno e professor, onde os seus universos possam se encontrar.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Métodos, Professores, Caminhos.

INTRODUÇÃO

Durante toda a história do ensino e aprendizagem da leitura e escrita houveram diversos embates em relação aos métodos (SOARES, 2017) que afetaram a qualidade da educação e trouxeram problemas dos mais variados tipos, como as dificuldades apresentadas no momento de aprendizagem, a mera decodificação das letras e do sistema ortográfico

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, bifsantoos@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, jeane.bastos008@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, milenacribeiro13@gmail.com

alfabético, sem nenhuma interpretação e de uso social, e a descontextualização na sala de aula.

Tal fato se justifica porque a educação está em constante serviço das ideias e desejos do Estado, em que usa o seu poder para modificá-la, influenciando, assim, as práticas pedagógicas que se fazem sem nenhuma reflexão e aprofundamento teórico nas salas de aula, ou seja, continuando um ciclo vicioso de mudanças de métodos e sugestões de práticas, que não colaboram com a melhoria no ensino-aprendizagem do saber ler e escrever nas práticas sociais.

Assim, faz-se necessário abordar com um olhar mais atento e profundo as dificuldades encontradas no processo de letramento e alfabetização, e explicar como tais problemas se deram historicamente e socialmente, explanando algumas das razões pelas quais a superação de tais barreiras torna-se difícil, e apresentar possíveis caminhos a serem tomados para que se rompa com esse ciclo problemático em que se encontra os professores alfabetizadores. O trabalho construiu-se a partir de pesquisas bibliográficas em artigos que abordam tal tema e no embasamento e contribuições teóricas dos autores como Paulo Freire e Magda Soares.

AS FACETAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: OS IMPACTOS EM TAL PROCESSO.

A história da alfabetização já é muito antiga, compondo-se por diversos períodos e estudos na área, e se faz muito importante, pois permite que o educando se insira no mundo letrado, resultando em um ser autônomo, capaz de assimilar e reproduzir o sistema alfabético ortográfico e fazer uso frequente e social da leitura e escrita. A educação recebe muita influência de fatores externos a ela, como a política e a economia. Há constantes mudanças nas práticas e embates nas ideias que dizem respeito aos métodos de ensino, englobando, assim, o processo de alfabetização e letramento.

Contextualizando a história na perspectiva do Brasil, ainda no final do século XIX, as escolas tornaram-se o local principal do preparo e desenvolvimento dos indivíduos. Porém, com o objetivo de dar mais relevância aos ideais dos republicanos que, por sua vez, pensavam na modernização e no desenvolvimento social; logo, o saber ler e escrever ganharam um grande destaque como instrumento nessa transformação, principalmente quando se destinava para as classes populares. O saber ler e escrever, até então, eram destinados para pessoas

privilegiadas e encontravam-se nas escolas régias (do Império). Com essa mudança, foi preciso pensar em uma sistematização e organização do ensino que atendesse a uma grande demanda.

Desde então, os problemas com a alfabetização vêm mobilizando os setores da sociedade em busca de novas soluções, fazendo surgir diversas propostas de urgência e métodos que são introduzidos nas salas de aula de uma maneira homogênea e massificada. Ou seja, é imposto para todos os alunos sem levar em consideração as singularidades que cada um carrega consigo. Embasando-se em Mortatti, apresentaremos brevemente quatro momentos que tratam das questões e métodos de alfabetização.

Ainda no início, quando a educação foi-se ampliando para todos, utilizou-se as chamadas “Cartas do ABC” para o ensino da leitura e escrita. Essas cartas colocavam em prática o método sintético (da parte para o todo), que estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e o escrito, através da aprendizagem de letra por letra, utilizando “da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas” (2006, p. 4).

Com o surgimento de um novo método aparecem novas questões que trazem reflexões sobre qual a metodologia mais precisa e o que deveria se ensinar. Em 1876, foi publicada em Portugal a Cartilha Maternal ou Arte da Leitura, escrita pelo poeta português João de Deus. Tal cartilha difundia a ideia de iniciar o ensino pela leitura da palavra, para a partir disso, investigar os valores das unidades a partir dos valores fonéticos, ou seja, um método inverso ao sintético, que até então vinha sendo utilizado.

No momento seguinte apresentado pela autora, surge a institucionalização do método analítico, propagado por alguns professores que defendiam tal método, que estudavam e colocavam em prática nas escolas de São Paulo, em meados de 1890. Após o movimento ganhar força, o método analítico tornou-se obrigatório no ensino das escolas paulistas, mesmo que alguns professores não concordassem, justificando que os resultados de aprendizagem demoravam até dar os primeiros sinais. Queria-se um método em que a aprendizagem acontecesse de uma forma mais rápida. Defendiam que o ensino teria início pela frase inteira e reconhecimento das palavras a partir dos sons e sequência lógica nas histórias.

Após tais fatos, surge uma mistura entre os métodos analítico e sintético, pois esperava-se que essa junção resolvesse os problemas existentes e fosse mais eficiente nas respostas. As cartilhas eram feitas a partir do método eclético, e levavam manuais para os professores, colocando a autonomia e diferenças dos alunos em segundo plano. De acordo

com a autora Mortatti (2006), esse período propagava “a alfabetização sob medida, de que resulta o como ensinar subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica.” (p. 10)

E por fim, o construtivismo ganha espaço na alfabetização e destaca a importância da interação do sujeito com o meio em que ele se encontra, podendo aprender em diversos momentos e colocando o aluno no centro da aprendizagem, tirando, então, a imagem do educando passivo e colocando o professor numa situação de criar situações de aprendizagem e mediar tais conflitos, rumo ao desenvolvimento. Assim, tira o foco dos métodos e coloca no processo de aprendizagem da criança, revelando novos olhares contrários ao tradicionalismo.

Na perspectiva de análise do processo de alfabetização, baseado em Soares (2017), depreende-se uma visão de que o sucesso ou o fracasso na alfabetização trata-se apenas dos métodos, ou seja, percebe-se que a grande questão a se resolver são os métodos utilizados:

“[...] mais uma vez o método de alfabetização se configura como uma *questão*: apontando como responsável pelo fracasso, torna-se uma *dificuldade a resolver*- um dos sentidos da palavra *questão* -e, em virtude das divergentes soluções propostas para vencer essa dificuldade, torna-se também objeto de *polêmica* - o outro sentido da palavra *questão*.” (p. 24)

OS PROBLEMAS ENCONTRADOS E AS DIFICULDADES NA SUA SUPERAÇÃO.

A análise da estrutura e da aplicação das ferramentas metodológicas disponíveis, no processo de alfabetização e letramento, revelam uma série de problemas que dificultam um aprendizado mais fluido, eficaz e produtivo dos alunos. Essas dificuldades são encontradas na presença dos seguintes fatos: alfabetizadores autoritários, memorização mecânica, indisciplina dos alunos, ausência dos pais na comunidade escolar, raso ou nenhum significado do que é estudado, imobilização do conhecimento e protagonismo estudantil, distanciamento do professor e do aluno, bem como de sua realidade, falta de sensibilidade e interesse pelo contexto em que se está inserido, permanência de um planejamento pedagógico falho, dentre outros.

Primeiramente, é notório como a organização do sistema, na maioria das vezes, coloca o aluno como sujeito passivo, retirando dele a capacidade de produzir conteúdo e formas de aprendizado satisfatórias, na construção do processo educacional. Dessa forma, fica a cargo

do professor a responsabilidade única de produzir conhecimento. Ou seja, o aluno torna-se, muitas vezes, uma espécie de recipiente, concretizando assim o chamado narcisismo oral.

Outro ponto evidenciado é a memorização mecânica, na qual a criança foca apenas em memorizar o som das sílabas, sem se apropriar do valor do signo: ela não leva em consideração o valor social da articulação das letras que formam as sílabas da palavra. Esse fato proporciona um ambiente hostil relacionado a aprendizagem da criança. A partir do momento em que o aluno não vê sentido em determinado método de ensino, a educação fica defasada e, conseqüentemente, a ação resposta do aluno é a indisciplina, a falta de interesse, o desprazer e, em séries maiores, a evasão. Logo, o professor passa bastante tempo dedicando-se na elaboração de regras como forma de controle da sala de aula. Isso é fortalecido pelo pensamento de Piaget (1995, p.23) em que ele afirma que "toda moral é um sistema de regras e a essência de toda moralidade consiste no respeito que o indivíduo sente por tais regras".

Um outro reflexo da ineficácia dos processos de alfabetização e letramento reside no precário diálogo existente entre a comunidade escolar e a família da criança, em especial os pais. Isso fica evidente até mesmo na Constituição Federal (CF), em seu artigo 205: "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família". Ou seja, é um trabalho que necessita de uma repartição de responsabilidades entre a escola (educação formal) e a família (educação informal). Além disso, Nérici (1972) defende que a ausência dos pais no campo escolar contribui para uma futura carência intelectual por parte da criança.

Diante dessa realidade exposta, o papel social realizado pelo educador fica condicionado aos alunos, em suas limitações, e aquilo que lhes oferecem como possibilidade alternativa para a conclusão do ensino. Ou seja, os vícios e problemas decorrentes da falta de protagonismo do aluno, aliados com a ausência massiva de diálogo escola/família e sua indisciplina motivada pela incompreensão da apropriação do que lhe é ensinado, limita a ação do professor não permitindo que ele desenvolva um trabalho completo que coloca o aluno como foco e sujeito-agente desse processo de ensino/aprendizagem.

Enquanto o alfabetizador não assumir sua função de mediador, na construção da alfabetização e do letramento da criança, não buscar as melhores formas de oferecer uma educação de qualidade e igualdade e se acomodarem na relação com a família, esses problemas – apresentados no início desse ponto de discussão – persistirão como obstáculos intransponíveis, impedindo que a criança desenvolva a leitura e a escrita socialmente adaptadas ao seu contexto.

CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS: UM NOVO OLHAR ACERCA DO ALUNO

Levando em consideração esta série de questões que foram levantadas no tópico anterior, surgem alguns caminhos que visam a solução de tais problemas. Dentre essas soluções, pode-se citar, primeiramente, a mudança ou a melhoria da política no âmbito da alfabetização. O Estado, enquanto constituinte da educação, deve oferecê-la de forma igualitária e com qualidade, não medindo esforços para oferecer os melhores recursos para o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento. Além disso, cabe às entidades políticas não só a educação das crianças, mas também uma educação de qualidade aos docentes alfabetizadores, para que eles possam usufruir cada vez mais do que lhes é oferecido e, assim, se sentirem capacitados para essa tarefa tão nobre.

Torna-se necessário uma mudança ainda na formação inicial do professor alfabetizador, explicitando a importância de perceber as necessidades da criança, conhecer os saberes prévios que todas carregam em si e que o processo de alfabetização e letramento se faz, também, fora dos muros das escolas, logo, elas podem trazer grandes contribuições no ensino e aprendizagem. Além disso, a formação deve fornecer suporte necessário para trabalhar com alfabetização, promovendo novas concepções pedagógicas e base teórica necessária para a efetivação de uma prática sensível, flexível e eficaz. Lembrando que a formação do docente não se faz pelo acúmulo de conhecimento, pois está em constante processo, a partir de uma reflexão crítica, reformulação da identidade profissional e conceitos e na busca de novos saberes.

A partir do momento que a sociedade ganha professores responsáveis e dedicados - que reconhecem sua função de mediadores; que tiveram uma boa formação; que acreditam no poder da educação e no potencial das suas crianças, valorizando e respeitando suas singularidades; que se apropriem de métodos adequados de alfabetização - os alunos tornam-se ativos, protagonistas no processo ensino/aprendizagem e sentem-se motivados nesse processo. Ou seja, a sala de aula torna-se um local de igualdade, de equilíbrio e de troca de conhecimentos.

Quando existe uma educação eficaz, dentro de uma sala de alfabetização marcada pelo diálogo entre educador e educando, a criança sente prazer no ato de aprender. Ela compreende o valor social da leitura e da escrita. Como afirma Emília Ferreiro (1985, p. 22):

“[...] no lugar de uma criança que espera passivamente o reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que ao acaso, aparece uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas sim criação original) ”.

Outro ponto que vale ressaltar é o diálogo da comunidade escolar com a família. Enquanto os pais ou a escola se preocuparem em culpar um dos lados pelo fracasso escolar da criança, esse fracasso só será fortalecido. No processo de aprendizagem do aluno não existe espaço para essa “briga” que se faz presente em tantas escolas. Pelo contrário, enquanto esse diálogo não existir, a aprendizagem da criança estará comprometida. A escola precisa estar sempre reforçando esses laços com os pais, atualizando-os sobre o desenvolvimento dos filhos; e os pais devem manter o interesse de se inserirem nessa jornada tão importante. Além de que, como afirma Nérici (1972, p.12):

“A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade”.

Todos esses caminhos apresentados reforçam a ideia da criança como foco no processo de ensino/aprendizagem. A partir disso, é realçado o olhar sobre o aluno como sujeito ativo, como protagonista essencial no campo educacional, principalmente quando se fala de alfabetização. Quando esse aluno é valorizado dentro das suas limitações, das suas singularidades, do seu ritmo de aprendizado, das suas preferências; ele dá-se conta da importância do conhecimento. Ele não lê só por lê, e não escreve só por escrever. Ele mergulha dentro da essência da linguagem e dos signos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a educação sofre uma constante influência externa e que muda as ações e práticas pedagógicas que são feitas na sala de aula. Assim, a alfabetização e letramento passou um longo período enfrentando alguns embates entre os métodos analítico, sintético e do construtivismo. Quando na realidade, é necessário conhecer a criança

plenamente e perceber qual método deve-se pôr em prática para uma aprendizagem de qualidade, levando em consideração as singularidades de cada educando.

O aluno precisa sair de uma posição passiva e ser dado mais valorização aos conhecimentos e ideias que ele carrega em si, construindo uma relação igualitária entre o aluno e professor, onde os seus universos possam se encontrar, com o objetivo de uma ampliação de olhar e aprendizagem para ambos. Assim, é necessário que haja uma complexa reflexão da prática docente e revisão da legislação, tendo em vista uma educação de qualidade para todos, que esteja em diálogo com o contexto e realidade de onde e quem se ensina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfabetização e letramento: principais teóricos e um excelente curso. [S. l.], 2017.

Disponível em: Blog Enfoque Capacitação. Acesso em: 16 abr. 2019

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. *Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988*

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da língua escrita.** Emília Ferreiro e Ana Teberosky; tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. – Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador.** 2ª Ed. São Paulo. Ática. 1988. Série Princípios.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** Seminário "Alfabetização e letramento em debate", Brasília, 2006.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação.** São Paulo: Atlas, 1972.

PIAGET, Jean. **O juízo moral da criança.** São Paulo: Summus, 1994.

POERSCH, J. M. **Suportes Linguísticos para a alfabetização.** 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.